

Ditames do Gosto Setecentista: O Negociante de Grosso Trato, Nicolau Maria Raposo do Amaral, de Ponta Delgada, e as Artes Decorativa

GONÇALO DE VASCONCELOS E SOUSA

*"Eu não posso deixar de favorecer a quem me serve,
e deste modo sempre tenho quem me sirva bem"*

Nicolau Raposo do Amaral, 1784

Abstract *Nicolau Raposo do Amaral, a distinguished merchant from São Miguel in Azores, liked to be surrounded with objects of the Decorative Arts. These he used to decorate his house in Ponta Delgada and his estate outside the city. Raposo do Amaral's commercial correspondence, which constitutes the basis of this study, is very rich in details about his connections with the Decorative Arts. Furniture, silverware, ceramics, non-precious metals and textiles embody his acquisitions, together with jewellery from Lisbon, ordered by his wife.*

Introdução

Nicolau Maria Raposo do Amaral (1743-1816), um dos mais importantes negociantes de grosso trato da História dos Açores, legou-nos, no seu arquivo, um magnífico conjunto de cartas, a grande maioria de natureza comercial. Em alguns dos espécimes, no entanto, encontramos diversas informações referentes à encomenda de objectos de Artes Decorativas, que haviam merecido já a referência de Maria Margarida Machado²,

* Director do Departamento de Arte e Restauro da Escola das Artes da Universidade Católica Portuguesa e coordenador da linha de investigação "Estudo, Conservação e Gestão do Património Cultural", do CITAR – Centro de Investigação em Ciência e Tecnologia das Artes, da UCP. Esta investigação teve, igualmente, o apoio do CITAR e do Centro de Estudos Etnológicos da Universidade dos Açores, através do empenho do seu director, Prof. Doutor Rui de Sousa Martins, a quem agradecemos.

¹ Vd. UACSD/FAM-ARA/A/DI/001/001/Lx. 03, f. 308.

² Sobre esta personagem, vd. MACHADO, Maria Margarida de Mendonça Vaz do Rego – *Uma fortuna do Antigo Regime: a casa comercial de Nicolau Maria Raposo do Amaral*. Carnaxide: Patrimonia, D. L. 2006.

chamando a atenção para a sua preocupação em se fazer rodear de peças que enaltessem o seu estatuto social e económico.

Os elementos que recolhemos no Serviço de Documentação da Universidade dos Açores³, onde este arquivo se encontra depositado, pela generosa acção dos seus descendentes, a Família Álvares Cabral, permitiram-nos chegar a aspectos que consideramos da maior importância para o conhecimento da perspectiva das encomendas e pontos de referência de objectos, que iam desde jóias a móveis, de peças de cozinha a vestuário e acessórios.

Como pano de fundo geográfico, encontramos uma Ponta Delgada da segunda metade de Setecentos, muito longe dos principais núcleos de execução de Artes Decorativas. Por outro lado, nos principais centros produtores, os interlocutores de Nicolau Raposo do Amaral eram os seus agentes, que se revelavam desconhecedores da realidade estética destas artes. Deste modo, o negociante via-se obrigado a especificar com muito pormenor aquilo que pretendia, através das cartas que lhes escrevia. Essas pequenas frases ou um ou outro comentário trazem-nos grandes novidades sobre o processo de aquisição e execução de muitas das peças, bem como de distintos aspectos das mentalidades que rodeavam, nomeadamente o comércio ou a escolha dos exemplares.

O objectivo primordial deste estudo é reflectir em torno desse vasto núcleo de informações e, a partir daí, poder compreender como se processava – ou poderia processar – a encomenda de objectos pelas elites açorianas ou de outros pontos de Portugal Continental e Insular, nos principais centros produtores nacionais, como Lisboa e Porto, ou em algumas capitais europeias, como Paris⁴ e Londres.

Dividimos a análise destes elementos por distintas artes sobre que existiam notícias, entendendo que deveríamos também incluir informações referentes a outros aspectos reveladores do estatuto económico e social de Raposo do Amaral, como os jardins e elementos heráldicos que mandou executar. Entre as diversas Artes Decorativas, destacamos as peças de mobiliário e as jóias, os exemplares de prataria e os objectos em metais não-preciosos, mas, igualmente, as espingardas⁵, as louças e os livros⁶, para além do vestuário e acessórios.

³ Agradecemos a generosidade e a disponibilidade sempre presente da técnica do Serviço de Documentação da Universidade dos Açores, Dr.ª Maria de Lurdes Rocha.

⁴ Vd. os documentos sobre traje e outros objectos, com peças encomendadas em Paris, publicados in SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e – Traje na documentação da aristocracia portuguesa de Setecentos. *Revista de Artes Decorativas*. Porto: CITAR, 3 (2009), pp. 323-326.

⁵ Em 8 de Maio de 1779, a Hipólito José Pereira: "Cazo não [tenha] comprado a espingarda que lhe pedi, estimarei que marremeta húa de cano tronxado com feixos bescainhos que são os mais fortes, e ciguros -- seguindo o que dizem os mestres". Vd. UACSD/FAM-ARA/A/DI/001/001/Lx. 02, f. [243].

⁶ Em 17 de Janeiro de 1779, em longa carta de solicitações a Hipólito José Pereira, e destinados a um sobrinho religioso, pede "huns livrinhos de sermões de festividades no idioma françes de que entende alguma couza; estimarei que VM possa conceguir hum, ou dois dos referidos livrinhos sermonarios dos mais modernos e mos remeta avizandome da sua importancia". Vd. UACSD/FAM-ARA/A/DI/001/001/Lx. 02, f. 229.

Ao longo dos vários copiadores da sua correspondência, sobretudo nas décadas de 70 a 90 do século XVIII, assistimos ao desenrolar das mais interessantes histórias, dos factos próprios do negócio, dos acontecimentos locais, escritos de um modo muito particular, mas concreto, e que permitem considerar a sua dimensão única em Portugal. Por isso, e contrariamente ao que vimos realizando em artigos de índole histórico-artística, entendemos fazer citações alongadas, de forma a poder deixar compreender com exactidão as intenções desta personagem dos Açores de Setecentos e inícios de Oitocentos.

Deste modo, as Artes Decorativas setecentistas surgem revisitadas através de uma das suas perspectivas mais raras em Portugal: a ligação entre o encomendador ou o comprador e os objectos para uso e decoração dos ambientes das habitações em que reside – a antiga casa do Colégio dos Jesuítas de Ponta Delgada e a Casa da Quinta de Nossa Senhora da Glória; ou, ainda, para seu adorno e da sua vasta família.

1. A personagem, Nicolau Maria Raposo do Amaral

Nascido na freguesia da Matriz, em Ponta Delgada, em 11 de Janeiro de 1737, Nicolau Maria Raposo do Amaral (fig. 1), ou Nicolau Maria Caneva, nome que usou quando novo, provinha, da parte paterna, de uma família genovesa. Do lado materno descendia de uma família com bens e tradições no meio açoriano⁷.

Casou no Rio de Janeiro com D. Isabel Jacinta da Silveira, de quem teve dez filhos, seis raparigas e quatro rapazes, nascidos alguns nessa cidade brasileira e outros em Ponta Delgada⁸. Existe actualmente uma larga descendência do casal, espraçada por inúmeras famílias, tanto nos Açores como no Continente.

Era cavaleiro da Ordem de Cristo, tendo adquirido o direito por renúncia de Luís Valente Cordeiro⁹, e obteve carta de brasão em 7 de Novembro de 1779 para Melo, Pereira, Raposo e Amaral, apelidos que lhe vinham pelo lado materno. Apesar de nobilitado e com armas, teve inúmeros problemas com membros da fidalguia das ilhas, levando-o a afirmar que, "inda que não sou fidalgo sou mais honrado que alguns"¹⁰.

Os grandes valores de serviço ao Rei e à Pátria estão presentes na sua vida, e bem os lembra ao seu filho Martinho: "Espero que no servico de Sua Magestade não vos esqueça a honra, nem vos lembre a vida quando for preciso dala pelo Rey, e pela Patria"¹¹.

⁷ Vd. MACHADO, Maria Margarida de Mendonça Vaz do Rego – *Uma fortuna do Antigo Regime: a casa comercial de Nicolau Maria Raposo do Amaral*. Carnaxide: Patrimonia, D. L. 2006, pp. 30-32.

⁸ Vd. IDEM, *Ibidem*, p. 289.

⁹ Vd. IDEM, *Ibidem*, p. 38.

¹⁰ Vd. UACSD/FAM-ARA/A/DI/001/001/Lx. 04, f. [220]. Data de 16 de Dezembro de 1794, em carta para Francisco José da Fonseca.

¹¹ Data de 7 de Setembro de 1798. Vd. UACSD/FAM-ARA/A/DI/001/001/Lx. 04, f. [355].



Fig. 1 – Retrato a óleo sobre tela de Nicolau Raposo do Amaral (1733-1816), último quartel do séc. XVIII. Coleção de Pedro Jácome Paim de Bruges.

Ao longo da sua longa vida comercial, em que chegou a realizar uma fortuna muito significativa, dedicou-se ao comércio de escravos¹², ao comércio do azeite¹³, dos couros e de diversos outros produtos alimentares vegetais e animais. Em termos de zonas geográficas com que possuía relações comerciais, podemos mencionar o Brasil nomeadamente a colnia do Sacramento e o Rio de Janeiro, as diversas ilhas açorianas e o Continente, entre outros¹⁴.

A morte de sua mulher, D. Isabel Jacinta da Silveira, ocorreu em 17 de Dezembro de 1798, ascendendo os bens do casal, de acordo com o inventário a que se procedeu nesse tempo, a mais de 84 contos de réis. Esta fortuna era proveniente, essencialmente das propriedades urbanas e rurais, havendo a notar que o ouro, as pratas, as joias e o restante recheio de casa ascendia ao montante de quase 3 contos, cerca de 3,5 % da fortuna. Nicolau Raposo do Amaral situar-se-ia, a nível nacional, num segundo escalão dos grandes negociantes, como refere Margarida Machado¹⁵.

As suas principais residências na ilha de S. Miguel foram a casa do Colégio dos Jesuítas, em Ponta Delgada, e, para fins de recreio, a Quinta da Glória, em Rsto do Co, perto da referida cidade¹⁶.

A sua longa vida viria a terminar em 1816¹⁷, deixando como principal herdeiro seu filho mais velho, Nicolau Maria. Teve o seu fim, desta forma, um dos maiores negociantes de grosso trato dos Açores, que aqui analisaremos sob o ponto de vista do seu contributo para a História das Artes Decorativas.

2. O Exotismo no Mobilirio¹⁸

A execução de peças de mobiliário por marceneiros da ilha de S. Miguel não parecia entusiasmar sobremaneira Nicolau Maria Raposo, apesar de não termos encontrado qualquer comentário específico sobre esta questão. E é, assim, que vemos realizarem-se encomendas, tanto em Lisboa como no Rio de Janeiro, sedimentando uma opinião que tínhamos já formado sobre as peculiaridades de alguns móveis dos Açores, encontrando

¹² Vd. MACHADO, Maria Margarida de Mendonça Vaz do Rego – *Uma fortuna do Antigo Regime: a casa comercial de Nicolau Maria Raposo do Amaral*. Carnaxide: Patrimnia, D. L. 2006, pp. 36-37.

¹³ Vd. IDEM, *Ibidem*, p. 50, por exemplo.

¹⁴ Vd. IDEM, *Ibidem*, pp. 35 e ss.

¹⁵ Vd. IDEM, *Ibidem*, pp. 305-308.

¹⁶ Vd. IDEM, *Ibidem*, pp. 309 e ss.

¹⁷ Vd. IDEM, *Ibidem*, p. 17.

¹⁸ *“Apesar de não termos conhecimento de festas nesta casa, Nicolau Maria Raposo decorou-a com algum requint pois vários foram os objectos e móveis tais como camas, mesas, canapés, cmodas e meias cmodas com tampo em mármore, entre outros, que vieram do Brasil, todos eles em madeira de pau-santo, papeleiras de madeira pintada, tamboretas e canapés de cocins de damasco ou de pele entre outros”*. Vd. IDEM, *Ibidem*, p. 312.

semelhanças com peças publicadas por Tilde Canti nas suas duas obras sobre mobiliário brasileiro, para os séculos XVIII¹⁹ e XIX²⁰.

A António José da Silveira, em Lisboa, escreve em 4 de Março de 1780: “*Por este navio me remeterá VM huma banca para jogar de quatro pernas, e forrada de pano verde, destas que abrem, e fexam, assim mais hum banquinha que sirva para hum castisal, e juntamente huma duzia de tamborettes de rotola amarela que seião fortes e recomendará VM a Luis Francisco, que meta estes trastes na Camara, ou em lugar que venham bem acondicionados, e livres de lhe char [sic] humidade do sal*”²¹. O tipo de peças evidencia o desenvolvimento de determinadas práticas sociais, nomeadamente o jogo, visível na encomenda da mesa de jogo, prática que se generalizou na sociedade portuguesa, com efeitos no mobiliário, pelo século XVIII dentro²².

Tendo apreciado os tamborettes pedidos, volta a solicitar a António José Silveira, em 2 de Março de 1783, “*huns tamborettes de rotula, semelhantes a outros que ja me mandou; cuja despeza me fará VM [José Dionísio Pereira] o favor de satisfazer vindo tudo na fragata com o frete gratis, e defendido do sal*”²³. Nova preocupação com o sal surge manifestada nesta carta, evidenciando como a ausência do devido acondicionamento dos objectos poderia causar graves danos ao estado em que chegavam às ilhas.

Na década de 80, o Brasil constitui, pelo que pudemos apurar, o local de proveniência predilecto das peças de mobiliário encomendadas por Nicolau Raposo do Amaral. Reforçando a relevância dos móveis do Rio de Janeiro, em 7 de Novembro de 1783, pede a Geraldo Gomes de Campos: “*Estimarei que VM posa remeterme sette duzias de barrotes bons, hum leito pequeno para solteiros com seo encosto de damasco, que não exceda de 16\$000 rs. athe 19\$000 rs.*”²⁴.

Nas contas com o referido agente, Geraldo Gomes de Campos, surgem mencionadas duas verbas relativas a peças de mobiliário, nesse ano de 1784. De 25 de Maio, datam vários lançamentos, entre eles dois catres de solteiro de madeira de jacarandá, que vinham encaixotados, custando 37\$260 rs., e mais um outro catre de idêntica madeira, pago a Jacinto Ferreira, mais caro, orçando em 64\$000 réis²⁵.

¹⁹ Vd. CANTI, Tilde – *O móvel no Brasil: Origens, evolução e características*. 2.ª ed. Rio de Janeiro: Cândido Guinle de Paula Machado, 1985.

²⁰ Vd. CANTI, Tilde – *O móvel do séc. XIX no Brasil*. Rio de Janeiro: Cândido Guinle de Paula Machado, 1989.

²¹ Vd. UACSD/FAM-ARA/A/DI/001/001/Lv. 02, f. [291-292].

²² Vd. MENDES, Mariana Ribeiro Lopes Soares – *Mesas de jogo rococó e neoclássicas em Portugal (1750-1820)*. Porto: [s.n.], 2009. Dissertação de Mestrado em Artes Decorativas apresentada à Escola das Artes da Universidade Católica Portuguesa.

²³ Vd. UACSD/FAM-ARA/A/DI/001/001/Lv. 03, f. [107].

²⁴ Vd. UACSD/FAM-ARA/A/DI/001/001/Lv. 03, f. [197-198].

²⁵ Vd. UACSD/FAM-ARA/A/ADP/001/Lv. 2, f. 50.

Em nova carta ao referido Geraldo Gomes de Campos, solicita, em 1786, o envio de “*2 leitos para solteiros, de jacarandá, e de meias canas com sua almofada de damasco carmezim no espaldar, e que não exceda cada hum a 20\$000 rs. pouco mais ou menos*”²⁶. Assistimos ao envio do Rio de Janeiro de dois catres de jacarandá, a bordo da corveta Santa Isabel, de que era capitão José Xavier de Cerqueira, no valor de 45\$310 rs., valor que incluía o valor das peças e das despesas até embarcar²⁷.

É de salientar a menção aos leitos com o espaldar vazado e destinado a receber almofada, especificamente em damasco carmesim, uma das cores mais apreciadas no decurso da segunda metade de Setecentos. O jacarandá surge concretamente na encomenda como material em que seriam executados os móveis, dada a sua qualidade e o brilho que possibilitava, aproveitando a beleza da cor natural da madeira²⁸.

A Jerónimo José de Carvalho, seu agente em Lisboa, escreve em 2 de Janeiro de 1787, referindo que “*o leito de pau santo que VM me mandou he muito do meu gosto, e se VM achar outro do mesmo feitio, e preço, estimarei morremeta quando poder*”²⁹. Desse ano, em documento datado de 12 de Junho, é enviado por Jerónimo José de Carvalho, de Lisboa, um outro leito com embutidos, no valor de 26\$400 réis, sendo a madeira (de base) referenciada como *pau-santo* e não *jacarandá*³⁰.

Anos depois, em 2 de Dezembro de 1790, pedirá a Geraldo Gomes de Campos “*(...) me rremeterá (...) hum leito de jácarandá de meias canas para cama de solteiros, e do mesmo feitio dos que ultimamente me mandou com seu damasco no espaldar em que corta o traveseiro, declarando no conhecimento ser tudo para gasto de minha caza*”³¹.

Tendo de se deslocar a Lisboa e aí permanecer por algum tempo, exigido pela necessidade de acompanhamento dos rentáveis negócios, escreve, em 6 de Julho de 1790, em carta para o referido Jerónimo José de Carvalho: “*Pertendo morar em Bellem (?) por me ser mais comodo, e rogo a VM que veja se naquelle sitio pode achar huas cazas devoluta para alugar com comodoss para mim e para dois ou tres creados que heide levar para me servirem, fazendo toda a diligencia por cazas perto do Ex.mo Senhor Martinho de Mello. Mandará VM comprar tudo quanto julgar precizo para o serviço da caza, em que deve entrar hum barra para eu dormir do feitio daquellas que me mandou, e dois catres ordinarios para creados: huma dúzia de tamborettes de nogueira com seu canapé, e poltrona de rotula, duas outras*

²⁶ Vd. UACSD/FAM-ARA/A/DI/001/001/Lv. 06, f. [20]. Carta de 30 de Agosto de 1786.

²⁷ Vd. UACSD/FAM-ARA/Documentação não inventariada.

²⁸ Vd. PINTO, Maria Helena Mendes – *Móveis*. In *Artes Decorativas Portuguesas no Museu Nacional de Arte Antiga: Séculos XV/XVIII*. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura; Museu Nacional de Arte Antiga 1979, p. 68.

²⁹ Vd. UACSD/FAM-ARA/A/DI/001/001/Lv. 05, f. [282].

³⁰ Vd. UACSD/FAM-ARA/Documentação não inventariada.

³¹ Vd. UACSD/FAM-ARA/A/DI/001/001/Lv. 04, f. [38-39].

*banquinhas para assala, huma meza para jantar*³². Esta descrição é-nos particularmente importante, enquanto testemunho do que era considerado necessário para apetrechar um *homem de condição*, na sua estadia na Corte. Chama-nos a atenção a necessidade dos móveis de assento e a mesa de jantar para a oportunidade de convidar alguém para sua casa, para além, naturalmente, das camas para ele e os seus criados dormirem.

Uma pequena referência, nas contas com o Reverendo Joaquim José da Fonseca, em 6 de Maio de 1804, a três mesas ou *banquinhas*, em madeira de jacarandá com embutidos, enviadas para a ilha de São Miguel no bergantim *Bons Amigos*, no valor de 36\$755 réis³³.

Para além das encomendas, temos notícia de que Raposo do Amaral, através de um gesto de simpatia, se encarrega de vender um leito a um amigo de Geraldo Gomes de Campos, do Rio de Janeiro, em 1781: *"Quanto ao leito do seu amigo, que VM me remete para lhe vender, ainda está no mesmo caixão em que veio por não haver quem o compre; e como VM me dis que ecc amigo he sogeito de sua caza que o serve, e ajuda nas dependencias deste navio, não me pareceo justo remetelo para Lisboa donde certamente o não venderião porque se não uzão os leitos daquelle feitio; e assim VM lhe pagará o referido leito pelo que entender ser justo, e de forma, que se não queixe esse amigo que nos serve, cuja importancia mandará VM debitarme em conta"*³⁴. Como se pode perceber nestas palavras, havia uma percepção clara de que determinado tipo de modelos de peças, neste caso específico, de camas, haviam já passado de moda.

3. O Brilho da Prataria³⁵

O domínio da ourivesaria civil foi, no período em consideração, ou seja, a segunda metade de Setecentos e o início da centúria seguinte, objecto de significativos investi-

³² Vd. UACSD/FAM-ARA/A/DI/001/001/Lv. 04, f. [25]. Sobre a ida a Lisboa e uma referência a que *"nada ficou esquecido e todos os objectos necessários para a equipar foram mandados comprar"*, vd. MACHADO, Maria Margarida de Mendonça Vaz do Rego – *Uma fortuna do Antigo Regime: a casa comercial de Nicolau Maria Raposo*, ob. cit., pp. 315-316.

³³ Vd. UACSD/FAM-ARA/A/ADP/001/Lv. 3, f. 105, fôlio da direita.

³⁴ Vd. UACSD/FAM-ARA/A/DI/001/001/Lv. 01, f. [228-229]. Em nova carta dirigida a Geraldo Gomes de Campos, em 16 de Julho de 1782, escreve: *"Quanto ao leito do seu amigo, ja dice a VM que lhe pagace pelo preço que elle pertendia. E antes de chegar esta fragata 3 dias o tinha mandado armar nesta quinta"*. Vd. UACSD/FAM-ARA/A/DI/001/001/Lv. 11, f. 22.

³⁵ Há algumas referências a certas peças de prataria, in MACHADO, Maria Margarida de Mendonça Vaz do Rego – *Uma fortuna do Antigo Regime: a casa comercial de Nicolau Maria Raposo*, ob. cit., p. 312.

mentos por parte da nobreza da Corte³⁶ e daqueles que, na província³⁷, de Norte a Sul e nas Ilhas, pretendiam alcançar uma dimensão social compatível com as obrigações que lhes ditava o estatuto, seja o já existente ou o pretendido.

Em 7 de Fevereiro de 1777, solicita ao seu correspondente na Corte, Diogo da Costa Carvalho, que lhe mandasse executar *"hum bom faqueiro de doze facas de cabos de prata, e outras tantas colheres, e garfos, sendo a sua caixa de lixa verde forrada de viludo carmezim (...), e que seja da moda mais moderna, e bom gosto"*³⁸. A execução deste tipo de barretinas ou estojos de faqueiro tomara-se moda na segunda metade do século XVIII, conhecendo-se exemplares em vários materiais. Os mais comuns são em *lixa*, ou pele de cação, mas também os há em couro com gravações a ouro, em madeira encerada ou pintada, mas também com a combinação de ambos os materiais. As ferragens podem ser em prata, mas as mais comuns apresentam metais não-nobres.

Nas ânsias de poder receber com aparato, solicita, mais cautelosamente, que o mesmo Diogo da Costa Carvalho lhe indicasse *"de quanto será prezizo para huma cópa de prata que possa dar de comer a doze amigos, não sendo a referida prata demaziada em pezo, mas sim tão somente a que for neçesaria"*³⁹. O desenvolvimento dos hábitos à mesa e o seu refinamento fazem emergir a necessidade de baixelas em metal argênteo, mas o seu custo elevado fazia ponderar seriamente os pretensos adquirentes.

Passados seis meses, em 20 de Agosto de 1777, como o faqueiro tardava, lembra ao referido Costa Carvalho *"Terá VM a bondade mandarme (...) o faqueiro de prata quando estiver pronto"*⁴⁰. Este seria remetido pela corveta Arrábida, e lançado nas contas com Diogo da Costa Carvalho, em Lisboa, em 18 de Setembro de 1777⁴¹. Nicolau Raposo acusa a recepção dos talheres, afirmando, em 8 de Novembro desse ano, que *"Estou entregue do faqueiro de prata que VM me remeteu, e mais miudezas que lhe remety que tudo veyo importando como consta da sua conta ~121\$490 rs. que tudo dou por bem empregado, por que tudo esta muito de meu gosto. E da entrada do referido faqueiro nesta Alfândega remeto*

³⁶ Vd. o nosso SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e – *Objectos preciosos, aparato e representação das elites da corte portuguesa de Setecentos. Armas e Troféus*. Lisboa: Instituto Português de Heráldica, 9.ª s. (2002/2003), pp. 229-252; IDEM, *A ourivesaria da prata em Portugal e os mestres portugueses: História e sociabilidade (1750-1810)*. Porto: Ed. do Autor, 2004, pp. 123 e ss.

³⁷ Vd. IDEM, *A ourivesaria da prata em Portugal e os mestres portugueses: História e sociabilidade (1750-1810)*. Porto: Ed. do Autor, 2004, pp. 150-153.

³⁸ Vd. UACSD/FAM-ARA/A/DI/001/001/Lv. 02, f. [121-122]. Esta transcrição é efectuada, com adaptações, por MACHADO, Maria Margarida de Mendonça Vaz do Rego – *Uma fortuna do Antigo Regime: a casa comercial de Nicolau Maria Raposo*, ob. cit., p. 312.

³⁹ Vd. UACSD/FAM-ARA/A/DI/001/001/Lv. 02, f. [122].

⁴⁰ Vd. UACSD/FAM-ARA/A/DI/001/001/Lv. 02, f. [154].

⁴¹ Vd. UACSD/FAM-ARA/A/ADP/001/Lv. 1, f. 39. Já nesse ano de 1776, em 29 de Março, nas contas com José Nicolau Rebelo Borges, é registado um par de galhetas de prata, por 42\$240 réis. Vd. UACSD/FAM-ARA/A/ADP/001/Lv. 1, f. 47.

*húa certidão para VM dezobrigar a fiança que deu nessa Corte*⁴². Assim, ainda pouparia mais umas verbas.

Em 1779, em carta ao seu correspondente Hipólito José Pereira, Nicolau Raposo determina-lhe *"Pelo capitão da dita remeto a VM. sento e dous mil e quatro sentos reis em dinheiro de ouro, que tambem me acreditará, e o mesmo capitão hade entregar a VM. humta tasa, e hum pé de salva de prata que tudo peza 5 marcos e 4 outavas como consta do conhecimento"*⁴³.

Tratar-se-ia, possivelmente, de peças para fundir, de modo a poder abater o valor da prata no custo dos objectos que pretendia mandar fazer. De facto, solicita *"o favor mandar fazer humta bacia, e jaro de prata do mais moderno que se uzar"*. Especifica, igualmente, que o respectivo peso não deveria variar mais do que entre dez a onze marcos, de forma que a encomenda viesse a gosto do negociante micaelense.

Neste pedido verifica-se a preocupação, visível noutras encomendas de Raposo do Amaral, de que as suas peças fossem realizadas de acordo com a moda em vigor. Outras vezes, como se viu *supra*, assinala que esta ou aquela peça não se encontram adequadas ao gosto moderno e, por isso, não se vendiam. De facto, a centúria de Setecentos surge marcada pela necessidade de ir constantemente acompanhando as modas ditadas pelos principais centros europeus e, em Portugal, isso resulta evidente, funcionando a capital e, em certa medida, o Porto, igualmente, como pontos de referência para outros pontos do país continental e insular.

As encomendas não se ficam por aqui. As matrizes do gosto haveriam de acompanhar os ditames mais modernos, observando-se, a partir deste último terço de Setecentos, a ideia da aquisição e uso, já não de peças isoladas de serviço de bebidas exóticas, mas antes que fizessem conjunto, naquilo que se haveria de denominar de serviços de chá e café. Por isso, pede *"mais hum bul que leve humta canada de agoa com pé forte, e humta cafeteira que leve canada e meya, e tudo do mais moderno e na mesma forma humta leiteira (...)"*. E reforça, mais adiante, *"que o bul, cafeteira, e leiteira quero sejam feitos sobre tres pézinhos fortes, que julgo ser o mais moderno"*. Esta advertência permite-nos compreender como estava a par dos cânones formais recentes em termos de peças de prataria para uso de bebidas⁴⁴. O inventário de 1799, por morte de D. Isabel Jacinta da Silveira, referencia um bule de chá⁴⁵ e uma cafeteira, avaliados em 84\$480 rs., bem como uma leiteira – elencada em item separado –, e uma leiteira de 3 *pez*, com o valor de 12\$480 réis⁴⁶.

⁴² Vd. UACSD/FAM-ARA/A/DI/001/001/Lx. 02, f. [162]. Escreve, em 29 de Julho de 1779, a Hipólito José Pereira, em que informa: *"Incluzo achará VM a certidão da prata para por ela desobrigar a fiança"*. Vd. UACSD/FAM-ARA/A/DI/001/001/Lx. 02, copiado, f. [251].

⁴³ Vd. UACSD/FAM-ARA/A/DI/001/001/Lx. 02, f. [227].

⁴⁴ Vd. um serviço com modelo semelhante, in SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e – *Pratas portuguesas em coleções particulares: séc. XV ao séc. XX*. Porto: Livraria Civilização Editora, 1998, pp. 140-141.

⁴⁵ Existe a menção a outro bule, mas em item separado. Vd. SDUAC/FAM-ARA/A/TPT/001/Doc. avulso, n.º 60.837 Inv, f. 3.

⁴⁶ Vd. SDUAC/FAM-ARA/A/TPT/001/Doc. avulso, n.º 60.837 Inv, f. 3.

Nicolau Maria Raposo mostrava-se, no entanto, preocupado com a segurança no envio das peças, *"não pelo medo dos Americanos, mas sim por algum corsario argelino"*, pelo que determina que as peças fossem enviadas com seguro⁴⁷. Assim, mesmo com a pequena despesa deste pagamento, nunca ficaria sem a totalidade do investimento.

Em 4 de Março de 1780, acusa a António José da Silveira que ficava *"entregue da salva de prata (que está muito bem feita, e de bom gosto) e receberei o mais a seu tempo porque ainda se acha a bordo da curveta, vindo tudo emportando 33\$310 rs como consta da sua conta, cuja quantia fica a VM acreditada"*⁴⁸.

Em 1783, a 2 de Março, escreve a outro correspondente, José Dionísio Pereira, em Lisboa, registando a recepção do penico de prata, anotando *"que está muito bem feito"*⁴⁹. Tal indica os luxos que o acompanhavam, em que até nestes gestos de higiene se fazia rodear dos objectos mais valiosos. Veio a registar esta peça nas contas com José Dionísio Pereira, lançada em 28 de Setembro de 1782, tendo sido enviada para a ilha de S. Miguel pela corveta S. José, de que era capitão António Francisco Soares, importando na verba de 44\$000 réis⁵⁰.

Em 1793, ocorreu nos Açores um acontecimento que iria deixar uma pequena memória na área da ourivesaria. Em virtude do mau tempo, uma princesa marroquina acompanhada de *"dous principes seus filhos, e com perto de trezentas pessoas de sua comitiva"*, aportou a S. Miguel, fazendo as delícias da curiosidade local.

O que é certo é que, não tendo previsto os acidentes naturais que a havia levado, em primeiro lugar, à Madeira, e, posteriormente, aos Açores, a comitiva ficara sem géneros para o respectivo abastecimento, não possuindo dinheiro corrente para os pagar. Deste modo, *"O consul da nação salitina na Ilha da Madeira, que acompanhava esta Prinzeza (...), veio a esta caza arrogarme que lhe emprestase 200\$000 rs. que promptamente lhe emprestei. No dia seguinte me procurou o Patram Mor deste porto para dizerme, de parte do Comandante mouro, que queria venderme humta cafeteira de ouro para as suas despesas, pedindo-me quizeze comprilha visto não ter outro meio para poder fazer as despesas. Eu lhe mandei dizer pelo mesmo (...), que não hera preciso vender a pesa de ouro que eu pensava ser da Prinzeza, como com efeito dizem ser (...)"*, em virtude de se haver já prontificado a emprestar o dinheiro ao mencionado cónsul⁵¹.

Já em 1805, numa carta para o Reverendo Joaquim José da Fonseca Nicolau Raposo do Amaral revela ter chegado à alfândega de Ponta Delgada *"hum pequeno caichotinho*

⁴⁷ Vd. a questão das peças de serviço de chá e café e o gômil e bacia de água-às-mãos, in UACSD/FAM-ARA/A/DI/001/001/Lx. 02, f. [227-228].

⁴⁸ Vd. UACSD/FAM-ARA/A/DI/001/001/Lx. 02, f. [289].

⁴⁹ Vd. UACSD/FAM-ARA/A/DI/001/001/Lx. 03, f. [106].

⁵⁰ Vd. UACSD/FAM-ARA/A/ADP/001/Lx. 1, f. 157.

⁵¹ Vd. esta descrição, com mais alguns pormenores, in UACSD/FAM-ARA/A/DI/001/001/Lx. 04, f. [113-114].

com a minha marca (...), dentro do qual axei hum par de fivellas, de prata⁵², de meo contento, que pedido tinha a VM para meo uso, e assim mais o sayal que lhe pedi para hum ábito para o Rdo. Pe São Bento, e hum assucareiro de prata para meo filho Nicolau Maria⁵³.

Em 1809, solicita uma "bandeirinha de tafeté verde para castisais de véllas, visto que pela molestia que padeço nos ólhos não pôsso incarár com luzes"⁵⁴. Anos mais tarde, em 1813, temos notícia da encomenda de duas peças: "hum garfo de ferro para trinchár (...) sendo pouco pezado no ferro, e no seu cabo de prata"⁵⁵ e a recepção de um bule, chegado à ilha de S. Miguel através de Domingos de Gouveia, "o qual veio muito da minha saptisfação, assim como de toda a mais prata que me avia enviddo"⁵⁶.

4. A Volúpia das Jóias⁵⁷

A aquisição de peças de joalheria, outro importante elemento de referenciação do estatuto social⁵⁸, encontra os mais diversificados e curiosos elementos na correspondência de Nicolau Raposo do Amaral, nomeadamente no que diz respeito a adornos para sua mulher, D. Isabel Jacinta da Silveira. Ficamos a saber informações sobre o gosto, tipologias de peças existentes, ou não, na ilha de S. Miguel, e até a forma de aquisição de aljófares e do seu envio para Lisboa.

Em 1778, em carta a José Nunes dos Santos, em Lisboa, refere que "Minha mulher remete a VM. 25\$600 rs. para que VM (caso não tenha comprado o aljófar) com as seis doblas que tem em seu poder, com mais estas duas que lhe remeto, quer que VM. lhe compre hum adereso de brincos afogador e braseletes de topazios amarelos bons, e emgastados em prata, que sejam

⁵² Já em 1790 haviam sido enviados quatro pares de fivelas de calção e sapatos, custando um deles, de prata, 4\$320 rs., de feito, 1\$100 rs., e de charneiras, 120 rs., e o restante, 4\$370 rs., de prata, 1\$100 rs., de feito, e de charneiras, os mesmos 120 réis. Vd. UACSD/FAM-ARA/A/Documentação não inventariada. "Lembrança do que tenho comprado para o senhor Nicullão Maria Raposo em Outubro de 1790 nesta cidade de Lisboa". Assina em 23 de Outubro de 1790, Francisco José da Fonseca. Mais tarde, em 30 de Agosto de 1798, o Reverendo Joaquim José Fonseca envia duas escovas para fivelas e outras duas para peças de prata e diamantes, com os valores, respectivamente, de 120 rs. e de 240 réis. Vd. UACSD/FAM-ARA/Documentação não inventariada.

⁵³ Data de 12 de Agosto de 1805. Vd. UACSD/FAM-ARA/A/DI/001/001/Lv. 09, f. [583].

⁵⁴ Vd. UACSD/FAM-ARA/A/DI/001/001/Lv. 10, f. [107]. Dat.: de 6 de Setembro de 1809. Vd., igualmente, esta referência in UACSD/FAM-ARA/A/Memorandos 22.160-Mem.

⁵⁵ Vd. UACSD/FAM-ARA/A/DI/001/001/Lv. 10, f. [144]. Data de 18 de Janeiro de 1813.

⁵⁶ Vd. UACSD/FAM-ARA/A/DI/001/001/Lv. 10, f. [145]. Data de 12 de Abril de 1813.

⁵⁷ São efectuadas algumas referências a peças de joalheria, in MACHADO, Maria Margarida de Mendonça Vaz do Rego – *Uma fortuna do Antigo Regime: a casa comercial de Nicolau Maria Raposo*, ob. cit., pp. 314-315.

⁵⁸ Vd. SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e – Objectos preciosos, aparato e representação das elites da corte portuguesa de Setecentos. *Armas e Troféus*. Lisboa: Instituto Português de Heráldica, 9.ª s. (2002/2003), pp. 238-252; IDEM, A joalheria feminina e o seu significado social e económico em Portugal. *Museu*. Porto: Círculo Dr. José de Figueiredo, 4.ª s., 13 (2004), pp. 19; 21-22.

pedras bem finas, grandes, claras, e livres de calsidonia bem obrado o aderece, e que não venhão algumas amatistas introduzidas por topazios, para o que como VM não terá experiencia destas pedras, e do seu valor, terá a bondade falar a alguns cravadores seus amigos para com o seu voto fazer este emprego de forma que o não logrem, e se for preciso mais huma dobla (...) alem das outo, VM. assistirá com o que for preciso que com o seu avizo será logo imbolsado⁵⁹. Como se pode constatar, o grau de precisão e os avisados conselhos tinham por intenção prevenir que o agente se entregasse nas mãos do primeiro ourives ou negociante, descautelando a importância de questões como a identificação e a qualidade das gemas, o que fazia, como se percebe, toda a diferença.

Este adereço de topázios chegaria a S. Miguel, na corveta *Arrábida*, sendo lançado em contas com José Nunes dos Santos, em 5 de Maio de 1778, com a verba de 129\$000 réis⁶⁰. Como Nicolau Raposo nada comenta com José Nunes dos Santos, este seu correspondente lavra o seu protesto, retorquindo-lhe o negociante que "Hera desnecessário certificarlo disto, quando VM não ignora, que nunca me dey por mal servido, nem me queixey em tempo algum que me cauzasse desgosto, ou prejuizo, antes sim, sempre me confessey muito obrigado ao afecto com que VM me tem servido./ Agora para o tirar do escrupolo que tem a este respeyto, vou dizerlhe, que o referido adereço he muito bom, e que os topazios são muito limpoz, e em tudo mais do agrado de quem o pedio, pelo que lhe estou muito obrigado⁶¹.

A destinatária do adereço, sua filha, Sebastiana Margarida de Melo, não apreciou, contudo, o conjunto, pelo que o pai se vê obrigado a remetê-lo, em Novembro de 1781, para o Rio de Janeiro, para que o seu compadre, Geraldo Gomes de Campos, o vendesse. E esclarece: "Se o senhor António Jozé Tavares mandar entregar a VM hum aderece de topazios me fará o favor de tomar conta delle. Este aderece he da sua creada, e afilhada Sebastiana Margarida de Mello minha filha, que lhe custou em Lisboa 132\$000 rs., e desgostandoe delle o remeti ao dito amigo para que o fizece vender, e me avizou que ficava em ser. Agora se queixa de mim a referida sua afilhada porque o não remeti a VM, o que não fis pelo livrar de tantas impertinecias quantas minha mulher, e filhas continuamente lhe estão dando: Se VM lhe poder dar sahida pelo sobredito preço de 132\$000 rs. lhe remeterá o dinheiro e quando veja se não poderá vender remeterá pelo capitão do navio para esta Ilha"⁶². É interessante verificar que o adereço não voltaria a Lisboa; Nicolau Raposo preferiu antes enviá-lo para o Rio de Janeiro, onde a menor quantidade de jóias o tornaria, provavelmente, mais apeteçido⁶³.

⁵⁹ Vd. UACSD/FAM-ARA/A/DI/001/001/Lv. 02, f. [173].

⁶⁰ Vd. UACSD/FAM-ARA/A/ADP/001/Lv. 1, f. 62.

⁶¹ Vd. UACSD/FAM-ARA/A/DI/001/001/Lv. 02, f. [223].

⁶² Vd. UACSD/FAM-ARA/A/DI/001/001/Lv. 01, f. [229].

⁶³ Vd. FRANCESCHI, Humberto M. – *O ofício da prata no Brasil: Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Studio HMF, 1988; sobre o envio de peças do Porto para o Rio de Janeiro, vd. SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e – A ourivesaria nas relações entre o Porto e o Brasil no século XVIII. *Museu*. Porto: Círculo Dr. José de Figueiredo, 4.ª s., 14 (2005), pp. 43-55.

Anos mais tarde, em carta datada de 10 de Agosto de 1784, escreve a João Gomes de Araújo, para Lisboa, referenciando a recepção de aljófares e do apreço que estes causaram na família, predispondo para aquisições de jóias ainda mais valiosas: "*Fico entregue dos aljofres, e não tenho palavras com que pósa explicar a Vosa Senhoria o gosto que deu a minha mulher sua creada com esta encomenda./Ela lhe beja as mãos e lhe agradece muito o particular favor que lhe fes, que na verdade em toda esta Ilha não ha aljofar desta qualidade, tanto pela cor, como pela sua igualdade, que parêcem humas meadas de pérolas. Esta encomenda hade ser a cauza de Vosa Senhoria ter mais incómodo com outras para esta sua creada, que serto na sua grande benignidade lhe roga, queira desculpar as fraquezas de huma mulher, e lhe pede, que se aparecer outro cimilhante asserto queira ter a bondade de lhe comprar outro tanto, mais ou menos, de ambas as qualidades; para cuja encomenda remeto a ordem para Hyppolito Jozé Pereira entregar a Vosa Senhoria 400\$000./Muitas vezes acontece, que algumas senhoras, ou por antiguidade das modas, ou por necessidade, vendem as suas joias, perdendo no preço porque as comprirão. Se Vosa Senhoria tiver noticia de algum adarece de diamantes em prata, que conste de afogador, pulseiras, e brincos; sendo em cigunda mão por ivitar a despeza do feitio, poderá compralo pelo preço de quatro centos athe seis centos mil reis*"⁶⁴.

Como se não bastasse o entusiasmo desta carta, volta a agradecer a João Gomes de Araújo o envio dos aljófares. Seria para reforçar, por outras palavras, o pedido que lhe fizera: "*Em 10 do corrente respondi á ultima carta que Vosa Senhoria me dirigio na qual lhe agradecei a remesa dos aljofres, que na verdade são apreciáveis, em tudo do gosto de minha mulher, sua creada, que lhe beja as mãos pelo trabalho desta encomenda*"⁶⁵.

Em 29 de Outubro de 1784, inicia-se o processo de aquisição do novo adereço de pedraria, que, como víramos na citação transcrita *supra*, Raposo do Amaral solicitara e para o qual fornece novas indicações: "*Quanto ao adereço que V.S.^a me dis, de diamantes rozas em prata com esmeraldas de toda a bondade, e que presentemente se dá pela avaliação do contraste, que diminuirá quazi meio por meio do seu primeiro custo. Minha mulher sua creada, pede a V.S.^a que o compre se entender que fas conta, e que ficará muito satisfeita com a sua elcissão no que póde ficar serto*". E complementa o pedido, referindo "*que comprando este adereço não quer [D. Isabel Jacinta da Silveira] mais aljofar grosso: mas sim daquelle miúdo que V.S.^a lhe mandou athe duzentos mil reis pouco mais, ou menos, quando tiver boa ocazião deste imprego*"⁶⁶.

Os perigos do mar e dos corsários levam, contudo, a mulher do negociante a recomendar "*que quando lhe remeter estas encomendas as mande sigurar de todo o risco porque antes quer pagar o siguro, que expor ce a que os Mouros as roubem*"⁶⁷.

Novamente se empenha o fiel correspondente em Lisboa, pelo que, em carta a João Gomes de Araújo, de 10 de Março do ano seguinte, regista Raposo do Amaral: "*Minha mulher, creada de V.S.^a lhe beja as mãos pela remesa do aljofar, que he muito de seu contento no preço, e bondade*". E, para que não houvesse esquecimento, em relação às jóias com diamantes e esmeraldas, adianta "*Ella lembrandoce que V.S.^a me dice sabia de hum adereço em prata com diamantes rozas que custava hum conto de reis, e que se venderia por muito menos; mas que o não comprara por ter esmeraldas: esperava na forma do aviso que fis a V.S.^a que o tevece comprado por quinhentos athe seis centos mil reis, por cujo preço me dice V.S.^a que se venderia. Agora toma a liberdade de rogar a V.S.^a que fara a diligencia por comprar este adereço ou outro qualquer em cegunda mão, que não exceda de 500 athé 600\$000 rs, e que seja de diamantes em prata, sem outras pedras, só sendo estas esmeraldas./ Para esta encomenda mandará V.S.^a pedir o dinheiro a Hyppolito Jozé Pereira que tem ordem para entregarlhe o que lhe pedir, e estimarei que V.S.^a posa comprar esta encomenda, por lhe dar gosto, e que ma remeta na primeira ocazião ordenando ao meu correspondente a fasa sigurar de inimigos*"⁶⁸.

Por carta de 8 de Agosto de 1785, de Nicolau Raposo do Amaral para João Gomes de Araújo, ficamos a saber que o adereço chegara finalmente a S. Miguel, deixando a destinatária "*muito contente, que a não ser assim, remeteria pela liberdade que V.S.^a lhe dava para o remeter*"⁶⁹. Ainda mais importante, assinala "*que esta pesa já não he de uzo moderno, mas nella está sigura a sua importancia, e assim mais (?) he o adereço mais rico que athe hoje se vio nesta Ilha, o que fas haumentar o gosto com que minha mulher ficou*"⁷⁰.

A curiosidade feminina e o ensejo de possuir mais peças de joalheria, entusiasmados pela vaidade de possuir o mais importante adereço de diamantes e esmeraldas de toda a ilha de S. Miguel, levam D. Isabel Jacinta da Silveira a reparar que, na certidão que lhe fora enviada, os proprietários do referido adereço haviam, igualmente, mandado avaliar outra peça, que suscita o seu interesse. Tratava-se de "*hum fio de perolas avaliado por 60\$000 rs*", pelo que a mulher de Nicolau Raposo mandou comunicar que, se o proprietário o quisesse vender, estaria interessada⁷¹.

A pretensão em adquirir novas peças para o seu acervo de objectos preciosos de adorno não se fica por aqui, porque, na mesma carta a João Gomes de Araújo, Raposo do Amaral acrescenta: "*Se V.S.^a tiver algum amigo que caminhe para á Azia podendo ser sem incomodo estimarei que V.S.^a lhe dê 480\$000 rs. de minha conta para os empregar em aljofres da qualidade que remeto dois grãos, para que venham 240\$000 rs. empregados em cada hum qualidade*"⁷².

⁶⁴ Vd. UACSD/FAM-ARA/A/DI/001/001/Lx. 03, f. [297].

⁶⁵ Vd. UACSD/FAM-ARA/A/DI/001/001/Lx. 03, f. [304].

⁶⁶ Vd. UACSD/FAM-ARA/A/DI/001/001/Lx. 04, f. [3].

⁶⁷ Vd. UACSD/FAM-ARA/A/DI/001/001/Lx. 05, f. [3].

⁶⁸ Vd. UACSD/FAM-ARA/A/DI/001/001/Lx. 05, f. [30]. Data de 10 de Março de 1785.

⁶⁹ Vd. UACSD/FAM-ARA/A/DI/001/001/Lx. 05, f. [84-85].

⁷⁰ Vd. UACSD/FAM-ARA/A/DI/001/001/Lx. 05, f. [85].

⁷¹ Vd. UACSD/FAM-ARA/A/DI/001/001/Lx. 05, f. [85].

⁷² Vd. UACSD/FAM-ARA/A/DI/001/001/Lx. 05, f. [85].

Logo o diligente João Gomes de Araújo lhe envia o recibo do custo do adereço – 300\$000 rs. –, oferecendo a D. Isabel Jacinta uma bengala de marfim, “que muito estimou, e della se cerva nos seus pazeios de que nececita para melhor saude”⁷³. As encomendas não ficam, contudo, por aqui, remetendo-lhe o *supra* referido fio de pérolas com pingente de diamantes, e que foi “muito de seu contento: tanto pela bondade, como porque nesta Ilha são as unicas perolas que aparecerão das quaes fas toda a estimacão”⁷⁴. O custo ficou em 124\$800 réis⁷⁵.

Em 8 de Fevereiro de 1789, solicita a João Gomes de Araújo nova encomenda de aljófar para a mulher, dizendo-lhe “queira receber 108\$800 rs. de Hippolito Jozé Pereira, para fazerlhe o favor de empregar em aljófar de sinco athe seis mil reis a oitava quanto tiver ocasião”⁷⁶. Reforça o pedido em 18 de Abril seguinte, em que “tomo a liberdade de lhe pedir a encomenda do aljófar para minha mulher sua creada, que podendo V S.^a fazerlhe este obzequio receberá de Hippólito Jozé Pereira 108\$800 rs”⁷⁷.

O pedido chega meses mais tarde, acusando Nicolau Raposo do Amaral a chegada dos aljófares, em carta de 3 de Agosto, assinalando que recebera a “bosetinha com as duas meadas de aljofres no valor de 105\$730 rs”. D. Isabel Jacinta ficou novamente tão satisfeita com a encomenda, que “toma a liberdade de remeter a V S.^a nove doblas que sam 115\$200 rs que mandará receber pelo conhecimento junto, rogando-lhe queira mandar empregar a dita quantia em aljofres da mesma qualidade, e preço, de que precisa para suas filhas”⁷⁸. E refere mais: “mande fazer este emprego quando houver ocasião de naus da Índia, ou aparecer de seu comtento, visto que ella não tem maior precizão de aljofres, mas quer ter o dinheiro na sua mão para a todo o tempo que se oferecer o emprego”⁷⁹.

⁷³ Vd. UACSD/FAM-ARA/A/DI/001/001/Lx. 05, f. [136]. Data de 3 de Novembro de 1785.

⁷⁴ Vd. UACSD/FAM-ARA/A/DI/001/001/Lx. 05, f. [136-137].

⁷⁵ Conforme é escrito por Nicolau Raposo do Amaral em carta dirigida a Hippólito José Pereira, seu correspondente em Lisboa, a quem manda entregar a João Gomes de Araújo, sem solicitar recibo. Vd. UACSD/FAM-ARA/A/DI/001/001/Lx. 05, f. 140. Data de 3 de Novembro de 1785. Em carta a Jerónimo José de Carvalho, de 18 de Novembro desse ano, refere novamente a quantia. Vd. UACSD/FAM-ARA/A/DI/001/001/Lx. 05, f. [149].

⁷⁶ Vd. UACSD/FAM-ARA/A/DI/001/001/Lx. 06, f. [311]. Data de 8 de Fevereiro de 1789. Há outras referências anteriores a aljófares, no ano de 1786, quando, a 12 de Setembro, escreve a João Gomes de Araújo, dizendo “darei a V S.^a o incomodo da encomenda do aljófar para Dona Izabel Jacinta sua creada, que será mais conveniznte comprarse nessa Corte pelas amostras que remeti a V S.^a”. Vd. UACSD/FAM-ARA/A/DI/001/001/Lx. 06, f. [35]. Em 2 de Janeiro seguinte, em nova carta a João Gomes de Araújo, refere: “Minha mulher (...) lhe dis, que logo, que tiver chegado do Brazil a esa Corte a sua remesa que mandou fará avizo a V S.^a sobre arreceitinha do aljofre”. Vd. UACSD/FAM-ARA/A/DI/001/001/Lx. 05, f. [287].

⁷⁷ Vd. UACSD/FAM-ARA/A/DI/001/001/Lx. 06, f. [394-395]. Data de 3 de Agosto, conforme se pode verificar in *Ibidem*, f. [451].

⁷⁸ Vd. UACSD/FAM-ARA/A/DI/001/001/Lx. 06, f. [394].

⁷⁹ Vd. UACSD/FAM-ARA/A/DI/001/001/Lx. 06, f. [395].

O envio do novo aljófar não foi célere. Apesar de Raposo do Amaral ter lembrado o seu correspondente João Gomes de Araújo, em 7 de Outubro de 1789, de que quando pudesse o enviasse⁸⁰, apenas em 28 de Abril de 1790 escreve que “Minha mulher, creada de V S.^a, lhe beja as mãos pelo trabalho que teve com a sua encomenda do aljófar, que veio muito de seu comtento, tanto no preço, como na bondade, emportando todo o referido aljófar 140\$800 rs”⁸¹.

Uma notícia de uma última peça de joalharia pedida ao Reverendo Fonseca data de 1809, quando solicita a aquisição de um “anel que lhe peso de huma esmeralda com seu sirculo de brilhantes, pequeninhos, mas que não exseda de tres moedas, e quando muito a 20\$000 rs.”⁸².

Como se pode observar ao longo de todas estas notícias referentes ao envio de jóias para a ilha de S. Miguel, fica a impressão da inexistência aí de peças de grande valor económico e de aparato. O gosto pelo uso de peças de joalharia, comum às mulheres setecentistas, fazia de D. Isabel Jacinta e de suas filhas mulheres privilegiadas pela possibilidade de utilizarem, nas procissões, festas e outras manifestações públicas, peças de joalharia que marcariam pela diferença e por uma relativa opulência, em termos nacionais.

5. Louça da Índia e Outras Cerâmicas

O desenvolvimento dos hábitos à mesa levou a que quase todas as famílias de posses tivessem o seu aparelho de mesa em porcelana chinesa, dita *louça da Índia*. Novamente, a posse deste tipo de objectos constituía um ponto de referência como factor de estatuto social, para ale, naturalmente da utilidade e impacto estético das porcelanas⁸³.

Deste modo, em 30 de Março de 1779, solicita a encomenda de um serviço de porcelana chinesa⁸⁴, percebendo-se como funcionavam os ditames do gosto deste negociante açoriano, que envia um prato para funcionar como modelo: “Está bem, ter VM recebido de Manoel Jozé os 32\$000 rs que lhe remeti para a lousa da Índia, que estimarei tenha ocasião de axar semelhante ao prato que pelo referido lhe remeti, e quando não seja pocivel

⁸⁰ “A encomenda do aljófar não hé para dar maior encomodo a V S.^a mas sim para a mandar quando poder, e tiver boa ocasião”. Vd. UACSD/FAM-ARA/A/DI/001/001/Lx. 06, f. [462].

⁸¹ Vd. UACSD/FAM-ARA/A/DI/001/001/Lx. 06, f. [516].

⁸² Vd. UACSD/FAM-ARA/A/DI/001/001/Lx. 10, f. [107]. Data de 6 de Setembro de 1809. Vd. esta referência, igualmente, in UACSD/FAM-ARA/A/Memorandos 22.160-Mem.

⁸³ Vd. SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e – *Artes da mesa em Portugal: Do século XVIII ao século XXI*. Porto: Civilização Editora, 2005, pp. 95-107.

⁸⁴ Vd. uma referência genérica in MACHADO, Maria Margarida de Mendonça Vaz do Rego – *Uma fortuna do Antigo Regime: a casa comercial de Nicolau Maria Raposo*, ob. cit., p. 312.

*axarse igual, ou semelhante, quero que VM. fique com o dinheiro em seu poder, que desporei delle para outra qualquer couza que me for preciso*⁸⁵.

Como se pode observar, as indicações de Nicolau Raposo são bem precisas: se o seu correspondente não encontrasse o modelo enviado ou outro semelhante, então não valeria a pena comprar e a encomenda ficava sem efeito, o que denota uma preocupação estética precisa ou, talvez, também, a falta de confiança no arbítrio de Silveira.

Para o serviço diário, no entanto, é pouco provável que fizessem uso da porcelana chinesa, pelo que se verifica, como era usual na época, a encomenda de serviços de pó-de-pedra. Nesse sentido, escreve, logo a 19 de Abril de 1779, a Frutuoso José Ribeiro, na Ilha Terceira, anotando que *"Vericimo Jozé Pacheco pediu a João Dias Santos tres servisos de lousa de pedra que lhe recomendei para meu uso avizandando-o, que no primeiro navio se oferecer para esta, ou para esa ilha fosse a sobredita remesa a VM; o que lhe participo para que fique de acórdão, e no cazo de hir parar a esa ilha me envie na primeira ocazião"*⁸⁶.

Esse ano de 1779 fica marcado pelos pedidos de louça, percebendo-se que se encontrava a fornecer as suas residências dos apetrechos necessários para viver condignamente. A António José Silveira, em 10 de Setembro, refere: *"Pela referida galera quero que V Mercê me mande outenta mil reis de lousa das Caldas bem sortida, e que traga algumas panellas para cozinhar que não sejam pequenas vindo esta lousa bem arrumada para não se quebrar"*⁸⁷. Talvez tenha, entretanto, percebido que a quantia era excessiva, e logo sete dias depois, em nova carta para o mesmo Silveira, esclarece: *"Pelo que respeyta a louça das Caldas que pedy a VM; já lhe avizey que somente me mandaç seis mil reis empregados na referida lousa para gasto de minha caza sortida de alguidares, e algumas panellas grandes"*⁸⁸.

Uma última referência encontrada a peças de louça, que registamos a título de curiosidade, reporta ao ano de 1805, em que, em carta para o Reverendo Joaquim José da Fonseca, assinala: *"Os penicos são muito bons, e delles chegarão 2 quebrados, que pouco foi para o risco que tem o transporte de lousa"*⁸⁹.

⁸⁵ Vd. UACSD/FAM-ARA/A/DI/001/001/Lx. 02, f. [235]

⁸⁶ Vd. UACSD/FAM-ARA/A/DI/001/001/Lx. 02, f. [238].

⁸⁷ Vd. UACSD/FAM-ARA/A/DI/001/001/Lx. 02, f. [264].

⁸⁸ Vd. UACSD/FAM-ARA/A/DI/001/001/Lx. 02, f. [265].

⁸⁹ Vd. UACSD/FAM-ARA/A/DI/001/001/Lx. 09, f. [370]. Data de 30 de Junho de 1805. Já em 1790, Francisco José da Fonseca enviara 12 penicos, seis maiores e seis mais pequenos. Vd. UACSD/FAM-ARA/A/Documentação não inventariada. *"Lembrança do que tenho comprado para o senhor Nicullão Maria Raposo em Outubro de 1790 nesta cidade de Lisboa"*. Assina em 23 de Outubro de 1790, Francisco José da Fonseca.

6. A Necessidade de Peças em Metais Não-Nobres

No âmbito das encomendas de peças de uso mais corrente, o estanho estava sempre presente nos ambientes portugueses⁹⁰, nomeadamente naqueles em que a prata existia em quantidade diminuta⁹¹.

Deste modo, em 9 de Março de 1789, escrevendo ao seu correspondente em Lisboa, lembra que aguarda *"as encomendinhas que pedi a VM, e juntamente as quatro duzias de pratos de estanho de guardanapo, sendo metade para sopas, e tres pratos mais de meia cozinha"*⁹². Apesar de possuir cabedais para mandar fazer uma baixela de prata, escolheu o estanho, possivelmente porque entendeu que a verba da mesma em prata seria excessiva.

O cobre surge, também, referenciado, quando, em 8 de Maio de 1779, em carta para Lisboa, a Hipólito José Pereira, recomenda *"que VM. me mande húa chocoladeira de cobre bem estanhada, que leve duas canadas de agoa"*⁹³. Em 1786, pede a Jerónimo José de Carvalho que lhe envie uma chocoladeira, mas desta vez em folha-de-flandres, com capacidade para quatro canadas de água⁹⁴. Com o gasto, vê-se necessitado de mais outra, que pede nos inícios de 1794, desta vez referindo *"huma chacoladeira de cobre que leve huma canada de agoa medida de Lixboa"*; volta, portanto, a preferir o cobre⁹⁵. Como se pode verificar, o hábito do chocolate encontrava-se já enraizado nos hábitos desta família⁹⁶, tendo Raposo do Amaral preferido o cobre e a folha-de-flandres à prata para a sua execução⁹⁷.

⁹⁰ Os estanhos encontram-se particularmente pouco estudados, do ponto de vista histórico-artístico, em Portugal, havendo a ressaltar a obra ZELLER, Rolando van – *Estanhos Portugueses*. Barcelos: Livraria Civilização, 1979.

⁹¹ Veja-se o que se passava na casa dos Silveira Pinto da Fonseca, em Canelas, que, em 1786, possuía diversas peças em estanho, nomeadamente pratos. Vd. SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e – Subsídios para o estudo de uma coleção particular de prataria. *Museu*. Porto: Círculo Dr. José de Figueiredo, 4.ª s., I (1993), pp. 74-75.

⁹² Em carta dirigida a Jerónimo José de Carvalho. Vd. UACSD/FAM-ARA/A/DI/001/001/Lx. 06, f. [329]. Margarida Machado (*ob. cit.*, p. 312, e remetendo para este documento) fala em baixela de prata para doze pessoas; não encontramos referência a esta baixela nos inventários de 1799 (SDUAC/FAM-ARA/A/TPT/001/Doc. avulso, n.º 60837 Inv.).

⁹³ Vd. UACSD/FAM-ARA/A/DI/001/001/Lx. 02, f. [243].

⁹⁴ Data de 28 de Maio de 1786. Vd. UACSD/FAM-ARA/A/DI/001/001/Lx. 05, f. [261].

⁹⁵ Data de 9 de Janeiro de 1794. Vd. UACSD/FAM-ARA/A/DI/001/001/Lx. 04, f. [153].

⁹⁶ Sobre os hábitos relacionados com a ingestão de chocolate em Portugal, vd. BRAGA, Isabel Drummond – *A herança das Américas em Portugal. Trópico das Cores e dos Sabores*. Lisboa: CTT, 2007.

⁹⁷ Vd., sobre a questão das chocoladeiras em prata, SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e – *Artes da mesa em Portugal*, *ob. cit.*, p. 33.

Em 1796, pede o envio de *"hum a colher grande de estanho, e bem forte para serviso da cozinha"*⁹⁸. São remetidas duas colheres grandes de estanho, sendo os cabos em estanho⁹⁹.

Gostaríamos de registar neste item os elementos referentes aos arreios¹⁰⁰, que solicita ao já referido Geraldo Gomes de Campos, seu correspondente no Rio de Janeiro, em 6 de Agosto de 1785: *"Dezejo que VM me remeta os arreios de buzio que lhe pedi, com peitorais a Ungra como se uza em Minas; mas as cabesadas e redias como se uzão no Reino, feito tudo na menho [sic] perfeição"*¹⁰¹. No ano seguinte, volta a pedir dois pares *"de arreios de buzios para cavalos na forma que tenho pedido por via de Lisboa"*¹⁰².

Para adorno da entrada do seu Colégio, manda executar em Lisboa, através do Reverendo Joaquim José da Fonseca, em Maio de 1801, *"hum lampião grande de folha de Flandres da mais grossa, que hade ter duas véllas de cebo dentro para dar luz ao Portico deste Colegio com quatro vidros grandes nos lados"*. Por precaução, pede o envio de vidros de reforço *"cazo se quebre algum"*, assinalando que *"devem vir bem acondicionados, e na mesma forma o lampião, com hum boa pintura e dourada"*¹⁰³.

Já anteriormente, Jerónimo José de Carvalho lhe havia enviado mais cinco lampiões pequenos para iluminar os corredores, que considerou *"muito bem feitos, e de todo o gosto na sua pintura e feiço"*. Por isso, pedia agora ao dito Reverendo que se informasse junto de Carvalho *"para ficar sientie de quem fes estes que me mandou a fim de que este que lhe peso seja do mesmo, o melhor feiço"*¹⁰⁴.

Em 1812, solicita ao Reverendo Fonseca o envio de um candeeiro de *"latam forte"*, bem como de um perfumador de latão para alfazema¹⁰⁵, o que revela o uso dos perfumadores, neste caso para queimar esta planta aromática.

⁹⁸ Data de 27 de Agosto de 1796. Vd. UACSD/FAM-ARA/A/DI/001/001/Lx. 04, f. [266].

⁹⁹ Vd. UACSD/FAM-ARA/Documentação não inventariada. Documento datado de Lisboa, 25 de Dezembro de 1796.

¹⁰⁰ Uma referência a *adereços* para os cavalos é realizada por MACHADO, Maria Margarida de Mendonça Vaz do Rego – *Uma fortuna do Antigo Regime: a casa comercial de Nicolau Maria Raposo*, ob. cit., p. 314.

¹⁰¹ Data de 6 de Agosto de 1785. Vd. UACSD/FAM-ARA/A/DI/001/001/Lx. 05, f. [80].

¹⁰² Data de 30 de Agosto de 1786. Vd. UACSD/FAM-ARA/A/DI/001/001/Lx. 06, f. [20].

¹⁰³ Data de 10 de Maio de 1801. Vd. UACSD/FAM-ARA/A/DI/001/001/Lx. 09, f. [230]. Em nova carta de 10 de Junho desse ano lembra *"principalmente o lampião grande de folha de Flandres com quatro vidros, e que pósa admitir duas véllas de cebo para o portico dentro deste Colegio"*. Vd. UACSD/FAM-ARA/A/DI/001/001/Lx. 09, f. [262].

¹⁰⁴ Vd. UACSD/FAM-ARA/A/DI/001/001/Lx. 09, f. [230].

¹⁰⁵ Data de 30 de Maio de 1812. Vd. UACSD/FAM-ARA/A/DI/001/001/Lx. 10, f. [138].

7. Por entre Têxteis, Vestuário e Acessórios¹⁰⁶

A importância e o valor alcançados pelos têxteis ainda na centúria de Setecentos são bem visíveis em diversas fontes documentais. É o que sucede, também, nos papéis de Nicolau Maria Raposo, nomeadamente nas contas-correntes lançadas com o capitão de mar-e-guerra Nicolau Schmerkel, em 1773, e referentes a *"hum a pesa de damasco"*, acrescida do valor dos despachos em Lisboa, num total de 105\$490 réis¹⁰⁷.

Em carta a Caetano José de Carvalho, em 30 de Agosto de 1781, menciona duas ou três colchas da Índia que o P.^o Atanásio Gomes lhe havia entregue para *"mandar vender"*¹⁰⁸.

As referências à encomenda de peças de vestuário e acessórios são múltiplas, pelo que aqui fazemos apenas alusão a algumas delas. Nas contas com José Nunes dos Santos, de Lisboa, regista um par de meias de seda negra, em 5 de Fevereiro de 1776¹⁰⁹. Mais tarde, já em 1792, mais precisamente em 12 de Novembro, em carta a Francisco José da Fonseca, pede *"mais dous chapéus de Braga para os meus creados que me fará o favor de remeter pelo primeiro navio"*¹¹⁰.

Em 1794, confessa a Francisco José da Fonseca que necessita *"de hum corte de calção de meia de lam negra para meu uzo, e que seja de lam fina: queira VM ter a bondade derremetermo pelo capitão da curveta Livramento se ainda ahi se achar, ou por qualquer pessoa que aqui o entregue, debitando-me em conta a sua importancia"*¹¹¹. Este corte chegaria no início de 1795, conforme noticia ao seu remetente, confessando *"que hé muito de meo contento"*¹¹².

Em 8 de Maio de 1794, surge um pedido curioso, enviando para Lisboa *"duas medidas de papel para hum a cabeleira para mim, que mandará ahi fazer de cabelo castanho claro por hum dos melhores cabeleiros dessa Corte para que seja bem feita, e da moda mais moderna, pois a não ser como digo, em tal cazo a não quero. Arreferida medida deve ficar em poder de VM para se cervir della quando eu precisar de cabeleiras em que sou impertinente"*¹¹³.

¹⁰⁶ *"A maior parte dos tecidos finos são mandados adquirir em Lisboa e mesmo no estrangeiro, principalmente no Norte da Europa, assim como os de menor qualidade para as roupas dos criados e escravos. Os adereços não ficavam atrás e chegavam a sua casa chapéus, barretes, meias de seda, óculos, entre outros"*. MACHADO, Maria Margarida de Mendonça Vaz do Rego – *Uma fortuna do Antigo Regime: a casa comercial de Nicolau Maria Raposo*, ob. cit., p. 314.

¹⁰⁷ Vd. UACSD/FAM-ARA/A/ADP/001/Lx. 1, f. 1.

¹⁰⁸ Vd. UACSD/FAM-ARA/A/DI/001/001/Lx. 01, f. [199].

¹⁰⁹ Vd. UACSD/FAM-ARA/A/ADP/001/Lx. 1, f. 29.

¹¹⁰ Vd. UACSD/FAM-ARA/A/DI/001/001/Lx. 04, f. [93-94].

¹¹¹ Vd. UACSD/FAM-ARA/A/DI/001/001/Lx. 04, f. [196].

¹¹² Vd. UACSD/FAM-ARA/A/DI/001/001/Lx. 04, f. [204]. Data de 20 de Janeiro de 1795.

¹¹³ Data de 8 de Maio de 1794. UACSD/FAM-ARA/A/DI/001/001/Lx. 04, f. [173]. A referência à aquisição de cabeleiras é realizada por MACHADO, Maria Margarida de Mendonça Vaz do Rego – *Uma fortuna do Antigo Regime: a casa comercial de Nicolau Maria Raposo*, ob. cit., p. 314.

A cabeleira seria enviada para São Miguel, pelo navio *Senhora do Livramento*, sendo descrita como *"1 cabeleira feita pelo melhor mestre cabeleireiro a da melhor moda que se usa o prezente, advertindo que de pouco servio a medida que veio pois só servio para o tamanho e não para ficar com perfeição pois lhe faltou a medida da cabessa por cima da testa athe as fontes ou dahe as orelhas e juntamente da testa com as suas emtradás para que esta cubra tudo o que o cabelo cobre para ficar feita ao parecer do rosto mas como não veio vay da melhor moda que pode ser segundo se usa mas para a outra ves venha a medida de tudo"*. Custou a peça 3\$200 rs. e a caixa em que foi, 400 réis¹¹⁴.

Como os homens *de condição* do seu tempo, Raposo do Amaral procura andar vestido com tecidos de qualidade e rodear-se de acessórios que atestem a relevância da sua posição emergente na sociedade da ilha de S. Miguel. Esta pretensão de andar *à moda* é atestada claramente pela documentação relativa à cabeleira mencionada anteriormente.

No ano seguinte, não temos notícia dos têxteis que chegam¹¹⁵, mas antes dos que partem dos Açores. Em carta a Manuel Correia Branco, o nosso negociante envia duas peças de tecido de linho para a *"Senhora Dona Maria Catharina para toalhas da sua cozinha, e peso perdão a VM desta confiansa que tomo como seu amigo"*¹¹⁶.

As preocupações de Raposo do Amaral vão mais além dos seus trajes e dos da sua família mais chegada, pois, como qualquer grande senhor, o conceito de família estendia-se aos seus criados, mandando vir, no início de 1794, *"doze covados de saragosa parda, da mais barata para sobrecazacas de lacaios, e assim mais seis varas de fita para abitós da mostra que lhe rremeto (...)"*¹¹⁷.

Mais para os finais da centúria de Setecentos observamos as encomendas efectuadas a um novo correspondente em Lisboa¹¹⁸, o já mencionado Rdo. Joaquim José da Fonseca, a quem, em 3 de Julho de 1799, refere que ainda não lhe haviam chegado *"duas pesas de xita ordinaria e irmans para a armação de hum leito grande que me remeterá quando as poder comprar em contta"*. Solicita, ainda, um capote *"destes a que chamão roxolhoens de baetão da moda, mas que seja de cor onéstá para mim que sou pouco mais ou menos da mesma altura de VM, que se me ficar muito comprido o mandarei aqui aparar por baixo; e quando VM não esteja serto na minha altura, em tal cazo me mandará o dito baetão para aqui mandar*

¹¹⁴ Vd. UACSD/FAM-ARA/Documentação não inventariada.

¹¹⁵ Em rol datado de Lisboa de 12 de Maio de 1797, são enviados diversos tecidos para Nicolau Maria Raposo, através da escuna paquete de S. Miguel, par além de dois chapéus-de-sol de olanda. Vd. UACSD/FAM-ARA/Despesas/60622.Des.

¹¹⁶ Vd. UACSD/FAM-ARA/A/DI/001/001/Lv. 04, f. [104-105]. Data de 18 de Abril de 1793.

¹¹⁷ Data de 9 de Janeiro de 1794. Vd. UACSD/FAM-ARA/A/DI/001/001/Lv. 04, f. [153].

¹¹⁸ Existem diversos documentos com envio de tecidos e acessórios, nomeadamente os datados de 12 de Maio de 1797, 4 de Fevereiro de 1798, 30 de Agosto de 1798 e dois de 8 de Maio de 1799. Vd. UACSD/FAM-ARA/Documentação não inventariada.

*fazer o tal roxolham de que necesito"*¹¹⁹. Nesse ano pede ainda um chapéu *"para meo uzo"*, acrescentando que *"não gosto de chapeos de abas muito altas"*¹²⁰.

Já em 1804, queixa-se que *"os chapéus vierão a granel, sem chapelleiras roídos dos ratos, os tópes de ceda de cavalos, que pedi a VM para os ditos chapeos dos lacaios, não aparecerão"*¹²¹. Entre as peças que chegaram encontrava-se o chapéu para Fr. António de S. Bento, que *"teve a fortuna de escapar aos ratos, que talvez o respeitá-sem pelas virtudes do dono"*¹²².

A partir de 1805, registam-se diversas solicitações de envio de tecidos. Em Julho, pede um côvado de veludo negro e quatro côvados de damasco de lã carmesim¹²³, e, em Dezembro, escreve a Joaquim José da Fonseca, dizendo necessitar *"de outra pesa de pano do Alentejo da mesma cor da que ultimamente me mandou, que hé de meo agrado, e se for mais fino mais me hade contentar"*. Acrescem alguns detalhes: deveria ter um comprimento de mais cerca de dez côvados do que o tecido enviado anteriormente¹²⁴.

Uma última notícia sobre peças de traje, encontramos-la em 1811, quando, ao Reverendo Fonseca, pede *"que as ligas para os 2 calções de meia de lã fina negra, sejam de trossal, comtudo será melhor que sejam de retrós da dita cor para que fiquem mais delgadas, e mais vistózas"*¹²⁵.

8. Outras Preocupações Decorativas

Numa casa nobre, o jardim funciona como prolongamento da habitação, sendo objecto de preocupações ornamentais, sobretudo a partir dos séculos XVII e XVIII. Para esses fins eram encomendadas estátuas e fontes, tendo ficado célebre a fonte do palácio dos condes da Ericeira, saída das mãos de Bernini.

Em 1788, Nicolau Maria Raposo vira as suas atenções decorativas para a ornamentação do jardim, e, em carta a um dos seus correspondentes em Lisboa, Francisco José da Fonseca¹²⁶, solicita-lhe informações sobre o custo de *"oito figuras de jeço de seis palmos cada huma (...)* e se poderam conservarse ao rigor do tempo sendo bem cobertas de

¹¹⁹ Vd. UACSD/FAM-ARA/A/DI/001/001/Lv. 09, f. [53].

¹²⁰ Vd. UACSD/FAM-ARA/A/DI/001/001/Lv. 09, f. [63]. Data de 28 de Outubro de 1799.

¹²¹ Data de 15 de Dezembro de 1804. Vd. UACSD/FAM-ARA/A/DI/001/001/Lv. 09, f. [554].

¹²² Vd. UACSD/FAM-ARA/A/DI/001/001/Lv. 09, f. [554].

¹²³ Vd. UACSD/FAM-ARA/A/DI/001/001/Lv. 09, f. [573]. Data de 1 de Julho de 1806.

¹²⁴ Data de 16 de Dezembro de 1805. Vd. UACSD/FAM-ARA/A/DI/001/001/Lv. 10, f. [13]. Em nova carta em 12 de Maio de 1806, envia amostra para este tecido, solicitando que fosse mais fino. Vd. UACSD/FAM-ARA/A/DI/001/001/Lv. 10, f. [25].

¹²⁵ Vd. UACSD/FAM-ARA/A/DI/001/001/Lv. 10, f. [130]. Data de 14 de Agosto de 1811.

¹²⁶ MACHADO, Maria Margarida de Mendonça Vaz do Rego – *Uma fortuna do Antigo Regime: a casa comercial de Nicolau Maria Raposo*, ob. cit., p. 313.

alvaiada, que assim devem vir, e com seu buraco nos pés para se cigramem em hum ferro afim de que os ventos as não derrubem”.

Sabendo exactamente o que pretendia, determina que estas imagens haveriam “de representar, a Europa, Azia, Africa, e America, duas a Paz, e Comcordia, e duas hão de representar dois negros defendendo a porta do jardim com sua cachamorra nas mãos em acção de descarregarem o golpe em quem quizer entrar”.

Para a concretização desta encomenda, o custo revelava-se importante, avisando Raposo do Amaral que o seu correspondente o informasse “do preço a que poderam chegar as rreferidas figuras para eu ver se me fas conta mandalas ahi fazer”¹²⁷.

A azulejaria integrava, igualmente, este programa ornamental, decorando bancos e casas de fresco¹²⁸ e contribuindo para a definição de novos espaços de sociabilidade em épocas do ano em que os ditames meteorológicos o permitissem. Sabe-se que Nicolau Raposo do Amaral pretendeu mandar vir azulejos para a casa do Colégio dos Jesuítas, habitação que estava a decorar. Em carta de 1786 para Jerónimo José de Carvalho, em Lisboa, pergunta “quanto poderá custar setenta e duas varas de azoleijo com quatro palmos de alto para guarnecer os lados de hum escada e corredor”¹²⁹.

Relacionado com a natureza, mas trazendo-a para dentro de casa, foi o aquário que, em 1793, mandou vir de Lisboa. Pede a Francisco José da Fonseca, seu correspondente em Lisboa, que envie “com toda a cautella para que se não quebre, hum vidro grande, daquelles que servem para cheios de agoa com peixes se pemdurárem nos quartos, e salas”¹³⁰. Pela descrição, “Estes vidros sam do feitio de mangas, tem sua croa imperial de folha de flandres dourada, e deste modo hé que eu o quero, sendo hum croa bem feita de folha de flandres com toda a obra que se lhe poder meter dourada, e com hum croa de ferro, firme, e grossa, para que posa sigurar muito bem o pezo da agoa do mesmo vidro pemdurado”¹³¹.

¹²⁷ Todos estes excertos encontram-se presentes nesta carta, datada de 8 de Agosto de 1788. É provável que a época do ano em que se resolve a fazê-lo tenha tido algo que ver com esta situação, na medida em que o período de Agosto e a preocupação dos ares e da vida ao ar livre, com caça e pescarias, que se nota na sua correspondência, o tivessem impellido a tentar concretizar mais esta ideia.

¹²⁸ Na cidade de Lisboa, a nível de palácios, e nas suas cercanias, uma série de quintas embelezou os seus jardins com aplicações de cenas azulejares, como se pode verificar in CÂMARA, Maria Alexandra Trindade Gago da – *Azulejaria do século XVIII: Espaço lúdico e decoração na arquitectura civil de Lisboa*. Porto: Civilização Editora; CITAR, 2007.

¹²⁹ Data de 28 de Maio de 1786. Vd. UACSD/FAM-ARA/A/DI/001/001/Lx. 05, f. [261]. Mais tarde, a 18 de Julho desse mesmo ano, recorda ao mesmo Jerónimo José de Carvalho: “A seu tempo avizarei a VM para o azulejo que precizar, que será do mais barato”. Vd. UACSD/FAM-ARA/A/DI/001/001/Lx. 05, f. [265].

¹³⁰ Data de 4 de Julho de 1793. Vd. UACSD/FAM-ARA/A/DI/001/001/Lx. 04, f. [115-116].

¹³¹ Vd. UACSD/FAM-ARA/A/DI/001/001/Lx. 04, f. [116].

Para um amigo, encomenda em 1785 “humas conchas para cascata, das que ha no: buzios, ou bertioaga, cor de perola, e encrespadas, do feitio de bicos de arara”¹³². E determina que venham num “caichote com algodão para que se não quebrem”¹³³. Todas estas peças demonstram como, por vezes, não conseguimos justificar a presença de determinadas peças em certos ambientes, que se processara de um modo aparentemente inexplicável; aqui podemos perceber uma dessas formas.

Entendemos incluir neste item os pedidos respeitantes a esteiras¹³⁴, bem como as indicações que este negociante dá para a encomenda de um tapete que, afinal, acabaria por não se efectivar. Deste modo, em 23 de Junho de 1806, solicita a J. J. Fonseca “hum alcatifa, ou esteirado para hum sala de vezitas, que VM terá a bomdade de remeter-me com a pocivel brevidade, para cujo fim lhe remeto as medidas de comprimento, e largura da dita sala, em hum linha, que mandará receber do capitão deste bergantim fechada em hum papel, com o seu nome, cuja alcatifa deve vir feita pela referida medida se VM achar boa qualidade de papagayo, que não exceda o covado do dito \$850 rs, e do contrario mandará VM fazer hum bom esteirado, o melhor que poder ser vistozo, e bem feito, que me remeterá muito bem acondicionado, e hum coxim comprido, de esparto, para hum canapé, e dous ditos redondos para escarrár (...)”¹³⁵.

A alcatifa ou tapete de papagaio deveria ser muito cara, pelo que o agente optou por mandar fazer a esteira, segundo as próprias indicações de Raposo do Amaral, repetidamente reafirmadas. Logo em carta de 25 de Setembro, o negociante dá conta da chegada da peça, cuja qualidade verificaria logo que lhe fosse possível deslocar-se a Ponta Delgada. Consta-lhe “porém que veio certa pelas medidas que a VM envie, e que não hé dezagradavel á vista”¹³⁶.

Continua o pedido deste tipo de objectos, facto perceptível em carta de 18 de Outubro desse ano, com a menção a capachos destinados a canapés, devendo possuir 7 palmos de comprimento e 2 ½ de largura¹³⁷. Em 24 de Fevereiro de 1807, volta a pedir seis capachos “para escarrár”¹³⁸ e limpar a lama dos pés¹³⁹, objectos que já haviam chegado em 10 de Abril desse ano, confirme dá conta em carta para o Reverendo Fon-

¹³² Vd. UACSD/FAM-ARA/A/DI/001/001/Lx. 05, f. [80].

¹³³ Vd. UACSD/FAM-ARA/A/DI/001/001/Lx. 05, f. [81].

¹³⁴ Existe já uma esteira grande, valorada em 16\$060 rs, lançada em contas com João da Rocha Ribeiro, em 20 de Agosto de 1801. Vd. UACSD/FAM-ARA/A/ADP/001/Lx. 03, f. 88, fólio da direita.

¹³⁵ Vd. UACSD/FAM-ARA/A/DI/001/001/Lx. 10, f. 29. Data de 23 de Junho de 1806. Volta a reforçar o pedido em 6 de Agosto de 1806. Vd. UACSD/FAM-ARA/A/DI/001/001/Lx. 10, f. [35].

¹³⁶ Vd. UACSD/FAM-ARA/A/DI/001/001/Lx. 10, f. [48].

¹³⁷ Vd. UACSD/FAM-ARA/A/DI/001/001/Lx. 10, f. [53].

¹³⁸ Vd. UACSD/FAM-ARA/A/DI/001/001/Lx. 10, f. [64].

¹³⁹ Vd. UACSD/FAM-ARA/A/DI/001/001/Lx. 04, f. [271].

seca¹⁴⁰. O pedido do envio de capachos acontece, novamente, em 1812, quando recebe seis capachos redondos “para escarrár”¹⁴¹, enviados de Lisboa na escuna *Carlota*¹⁴².

9. Para a Afirmação de um Estatuto: Os Símbolos Heráldicos

A inquietação nobiliárquica de Nicolau Raposo do Amaral traduziu-se em encomendas de natureza diversa, efectuadas em Lisboa, e sempre de forma a poder dar luzimento à sua nova situação social. É interessante, em termos sociológicos, que, pedindo armas¹⁴³ e mandando fazer peças que ilustrem a sua nova condição nobiliárquica, refere-se sempre a Fernando da Costa Athayde como o *Fidalgo*:

- 1) Em 11 de Fevereiro de 1777, “Peso a VM me remeta na primeira ocasião, huma pedra grande de marmore, com duas argolas e bronze e com as minhas armas bem debuxadas por artífise perito, as quaes lhe remeto incluzas, com a inscrição, que deve ter a dita pedra em letra redonda, e bem legivel”¹⁴⁴; destinar-se-ia ao portão da Quinta de Nossa Senhora da Glória¹⁴⁵;
- 2) Em 21 de Fevereiro de 1780, a José Nunes dos Santos: “Igualmente heide estimar, que VM me remeta o meu brazão, telis, e sinete que lhe pedi avizandome das despesas que tem feito com esta dependencia para se lhe acreditar./ Ao Senhor Hippolito Jozé Pereira ordeno, entregue a VM o dinheiro que de minha conta parar em seu poder, cujo aplicará VM. para as sobreditas despesas”¹⁴⁶.
- 3) A recepção destas peças efectuou-se logo depois, pelo que regista, em 4 de Março de 1780¹⁴⁷, em carta ao mesmo José Nunes dos Santos: “Estou entregue do brazão telis, e xarel que VM merremeteo vindo tudo na ultima perfeição, e em boa conta, pelo que estou a VM. sumamente obrigado. A cor do telis he propria das minhas fardas que são verdes com vestias, e canhoens de amarello claro, e a diferenca que tem o telis e xarel, he ser amarello torrado, que quando mandar fazer outro se emmendará

¹⁴⁰ Vd. UACSD/FAM-ARA/A/DI/001/001/Lx. 10, f. [66].

¹⁴¹ Vd. UACSD/FAM-ARA/A/DI/001/001/Lx. 10, f. [134]. Data de 6 de Março de 1812 uma carta em que lembra um pedido efectuado anteriormente.

¹⁴² Carta de 28 de Março de 1812. Vd. UACSD/FAM-ARA/A/DI/001/001/Lx. 10, f. [135].

¹⁴³ Recebeu carta de armas em 7 de Novembro de 1779. Vd. BAËNA, Visconde de Sanches de – *Archivo heráldico-genealógico*. 2.ª ed. [Sl.: Fernando Santos, Luís Wenceslau Barroso e Rodrigo Faria de Castro], 1991, vol. 1, p. 533, n.º 2122.

¹⁴⁴ Vd. UACSD/FAM-ARA/A/DI/001/001/Lx. 02, f. [133].

¹⁴⁵ Vd. UACSD/FAM-ARA/A/DI/001/001/Lx. 02, f. [324].

¹⁴⁶ Vd. UACSD/FAM-ARA/A/DI/001/001/Lx. 02, f. [286].

¹⁴⁷ Numas contas com José Nunes dos Santos, em Janeiro de 1780, são lançados 44\$856 rs., referentes ao “custo do brazão, telis, e chairrel como consta de huma conta”. Vd. UACSD/FAM-ARA/Documentação não inventariada. Esta relação data de Lisboa, de 12 de Fevereiro de 1780.

este pequeno defeito./ VM. se esqueceo mandarme hum signete que lhe pedi com a minhas armas, e lhe rogo que me mande tambem fazer hum sello que he melhor par fexar cartas, porem se for muito cara esta obra do selo, poderei remediar me só com signete que sempre quero venha. (...) Tambem quero que VM me mande huma pedr de mármore (quando tiver dinheiro para esta incomenda) para cobrir huma sepultura com as minhas armas bem esculpidas, e com 4 argolas de ferro para se suspende remetendoma por frete comodo: E na mesma forma huma pedra mais pequena com a referidas armas para o portão de huma quinta, tudo com a perfeição que VM. costum. para o que mandará tirar hum rescunho do livro em que ficarão estampadas cazo qu. este que remeto não vá nos termos”¹⁴⁸.

- 4) Continua, em 4 de Agosto de 1780, a José Nunes dos Santos: “Receby o sinete qu VM. me remeteu emportando S\$360 rs. e pelo que respeita a cor do pano amarello, ter VM. muita razão que a cor torrada he melhor; de cuja cor me mandará os nove covadc de pano que lhe pesso na receitinha para vestias, e calçoens das librés./As pedras qu pedy a VM. para a sepultura, e portão da quinta não tem preça, e basta que as remei quando comodamente poder”¹⁴⁹.
- 5) Em carta a José Nunes dos Santos, de 23 de Maio de 1781: “Fico entregue d carta que VM me dirigio com data de 30 de Março do prezente anno, e com ella receb o conhecimento, e conta da emportancia das pedras, e mais despesas athe bordo. Tuá veyo muito do meu gosto, e lhe fico muito obrigado pelo trabalho, e desvello que ten em tudo, que me pertense. Os 114\$800 rs. emportancia das referidas pedras como se ve da sua conta, lhe ficã acreditados; e não hera precizo que VM me inviase tantas clarezas desta despesa, par eu poder dar todo o credito á sua conta, nem eu lhe mereso que me trate com tanti escruplos [sic]”¹⁵⁰.
As pedras da campa vieram em seis caixotes, transportadas na corveta *Piedad* no capitão António Raposo, sendo lançadas nas contas com José Nunes dc Santos, em 23 de Março de 1781, na verba de 114\$800 réis¹⁵¹.
- 6) Nas contas de Nicolau Maria Raposo com Francisco José da Fonseca, surg registado, em 29 de Maio de 1790, um sinete de prata com o cabo de marfin que lhe foi remetido pelo capitão da corveta *Oliveira*, no valor de 7\$200 réis¹⁵

¹⁴⁸ Vd. UACSD/FAM-ARA/A/DI/001/001/Lx. 02, f. [295].

¹⁴⁹ Vd. UACSD/FAM-ARA/A/DI/001/001/Lx. 02, f. [324].

¹⁵⁰ Vd. UACSD/FAM-ARA/A/DI/001/001/Lx. 02, f. [368].

¹⁵¹ Vd. UACSD/FAM-ARA/A/ADP/001/Lx. 1, f. 151. Existe referência a esta verba numa conta de Jo. Nunes dos Santos, datada de 23 de Maio de 1782. Vd. UACSD/FAM-ARA/Documentação não inventariada.

¹⁵² Vd. UACSD/FAM-ARA/A/ADP/001/Lx. 3, f. 2, fôlio da direita.

objectos e sobre a política de enriquecimento dos cenários decorativos, em ambientes espalhados por várias regiões de Portugal.

Em termos cronológicos, o grosso das informações data das décadas de 70 a 90 do século XVIII, mas não quisemos deixar de incluir algumas notícias dos primeiros anos de Oitocentos, visto Nicolau Raposo do Amaral ter vivido até 1816.

Finalmente, uma palavra para salientar a relevância, sobretudo no que diz respeito às peças de prataria e de joalheria, do seu papel enquanto fiéis companheiras do percurso de ascensão e afirmação social deste negociante de S. Miguel. São várias as expressões referentes a objectos de ourivesaria que revelam a preocupação de ostentação, ou o carácter singular de certas jóias, o que atrairia as atenções sobre Nicolau Raposo do Amaral e sua mulher, D. Isabel Jacinta da Silveira, figuras de relevo na Ponta Delgada do seu tempo.

Álbuns Ingleses de Ferragim para Mobiliário do Ace da Biblioteca Pública Municipal do Porto

ADELINA VALEN

Abstract *During the eighteenth century, decorative metal items were efficiently used on furniture as a result of the new fashion among the middle-classes, eager to emulate merchants and the court's style at lower and suitable prices. Portugal was one of the foreign markets to which the English metalwork industry exported, using engraved pattern books to spread its huge production. Today we can still see many of the motifs of this engraved collection on Portuguese made furniture and even depicted in the Francisco de Paiva [1744-1824] design collection.*

Introdução

O século XVIII utilizou os metais nas Artes Decorativas como complemento funcional e ornamental, tornando-os uma indispensabilidade decorativa¹. Na verdade, depois da afirmação dos modelos tecnicamente pioneiros e complexos de André

* Doutoranda em Arte – Especialidade de Artes Decorativas, na Escola das Artes da Universidade Católica Portuguesa. Em doutoramento com o tema “Técnicas e madeiras no mobiliário rococó e neoclássico em Portugal”, inscrita em Dezembro de 2006. Membro do Centro de Investigação em Ciência e Tecnologia das Artes (CITAR), da Escola das Artes da Universidade Católica Portuguesa. Bolseira da Fundação para a Ciência e Tecnologia (Bolsa FRH/BD/36428/2007).

Agradecemos ao “Tom Ingram Fund, the scholarship fund of *The Furniture History Society*”, a bolsa concedida à nossa investigação em Inglaterra. As traduções são da autora.

Agradecemos à Dra. Marta Rua, Técnica Superior da Biblioteca Pública Municipal do Porto, o seu pessoal empenho na digitalização das imagens reproduzidas neste artigo.

¹ A ornamentação de mobiliário passou a ser encarada como uma necessidade imposta pela moda. Os consumidores facilmente aderiram a novas decorações com materiais e técnicas diversas, desde “*varnished to lightning, from colours and patterns to the whole array of articles made in stamped brass and other alloys*”. BERG, Maxine – *Luxury and Pleasure in Eighteenth-century Britain*. Great Britain: Oxford University Press, 2009, p. 23.